



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Natural
e do Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.ambiental@mpmt.mp.br | cao.urbe@mpmt.mp.br

CAO MEIO AMBIENTE NATURAL CAO MEIO AMBIENTE URBANO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Rio Araguaia - Foto por José Medeiros

EDIÇÃO 02/2022

SUMÁRIO

Novidades Legislativas.....	03
Eventos.....	04
Notícias.....	06
Jurisprudências.....	09
MPMT em Ação.....	10
Notícias do CNMP e Outros Ministérios Públicos.....	15
Sugestões de Leitura.....	16
Artigos.....	17



EQUIPE CAO AMBIENTAL E CAO URBE

Maria Fernanda Corrêa da Costa – Promotora de Justiça – Coordenadora do CAO Meio Ambiente Natural

Marcelo Linhares Ferreira - Promotor de Justiça - Colaborador do CAO Meio Ambiente Natural

Carlos Eduardo Silva – Promotor de Justiça – Coordenador do CAO Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

Viviane Araújo Batistella – Assistente Ministerial – CAO Meio Ambiente Natural, Urbano e Assuntos Fundiários

Marina Paula Signor Bernardes – Auxiliar Ministerial – CAO Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

NOVIDADES LEGISLATIVAS

FEDERAL

- Decreto nº 11.018, de 30.3.2022: Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama.
- Decreto nº 11.015, de 29.3.2022: Institui o Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais e o seu Comitê Gestor.

ESTADUAL

- Decreto nº 1.313 de 11/03/2022 - Regulamenta a Gestão Florestal do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- Resolução CTF nº 19 de 08/03/2022 - Altera a Resolução nº 13, de 07 de julho de 2021 que "Dispõe sobre regramento transitório para a autorização da Comercialização Interestadual de Resíduos Madeireiros entre as Regiões Fronteiriças do Estado de Mato Grosso".
- Decreto nº 1.299 de 22/02/2022 - Altera o Decreto nº 697, de 03 de novembro de 2020, que "Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências".
- Lei nº 11.677 de 22/02/2022 - Altera o art. 4º da Lei nº 11.676, de 02 de fevereiro de 2022, que Altera dispositivos da Lei nº 11.486, de 29 de julho de 2021, que proíbe a extração de recursos pesqueiros nos entornos da barragem da Usina Hidrelétrica de Manso.
- Lei nº 11.676 de 02/02/2022 - Altera dispositivos da Lei nº 11.486, de 29 de julho de 2021, que proíbe a extração de recursos pesqueiros nos entornos da barragem da Usina Hidrelétrica de Manso.
- Lei Complementar nº 717 de 28/01/2022 - Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.
- Emenda Constitucional nº 104 de 06/01/2022 - Altera o Art. 263 da Constituição do Estado de Mato Grosso (não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais).

EVENTOS



O Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, na sua 20ª edição será realizado na cidade de Vitória/ES no período de 26 a 28 de abril de 2022, se propõe a debater os desafios da implementação do Direito Ambiental notadamente nos temas: Avaliação da Conjuntura Ambiental Brasileira; Matrizes Energéticas: Impactos e Desafios; Emergência Climática e a Interface com o Controle da Qualidade do Ar; Crise Hídrica; Novo Marco do Saneamento; Resíduos Sólidos e Logística Reversa; Direito à Cidade: Habitação de Interesse Social, Transporte e Mobilidade; Grandes Desastres: A Repactuação do Rio Doce e seus Desmembramentos; Unidades de Conservação de Proteção Integral: Desafios para a sua Proteção e Implementação; Projeto Justiça Socioambiental na América Latina; Abrampa em Ação: Projetos Ambientais em Andamento

Confira a [programação](#) científica do evento e participe do XX Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente!

INSCRIÇÕES

As inscrições para o XX Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente são feitas exclusivamente no site, impreterivelmente até o dia 23 de abril de 2022.

[CLIQUE AQUI E FAÇA SUA INSCRIÇÃO](#)





Webinário - A Atuação do Ministério Público na Reparação do Dano Animal

OBJETIVO: Viabilizar a busca pela responsabilização efetiva por abandono e maus tratos que é resultado da interpretação dada pelo STJ de que os animais são seres sencientes, bem como cumprir com a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, que deixa claro o dever de proteção desses seres vivos ao determinar no artigo 2º que o animal tem direito ao respeito.

Início do evento: 12/04/2022 14:00

Término do evento: 12/04/2022 17:00

Início das inscrições: 21/03/2022

Término das inscrições: 12/04/2022

Local: Microsoft Teams - Programa Virtual

Link de acesso para o evento online

[Solicitar Inscrição](#)

NOTÍCIAS

- [Licenciamento ambiental e regularização fundiária voltam à pauta em 2022](#)
- [Sefaz concede isenção de ICMS e dispensa nota fiscal em operações de logística reversa](#)
- [Decreto de resíduos sólidos facilita coleta e destinação de lixo](#)
- [Geração de resíduos aumenta 4% com brasileiro em casa durante a pandemia](#)
- [ONU-Habitat lança projeto Conexões Urbanas em regiões de fronteira](#)
- [Em 2021, setor de saneamento básico garantiu R\\$ 43 bilhões em investimentos para melhoria dos serviços](#)
- [Projeto torna obrigatórios estudo técnico e consulta pública antes da redução de unidade de conservação](#)
- [Cobertura de saneamento básico cresce no Brasil, mostra diagnóstico elaborado pelo Governo Federal](#)
- [Projeto inclui o bioma Cerrado entre os prioritários para recebimento de verbas ambientais](#)
- [Municípios devem modernizar legislações e licenciamento urbanístico para viabilizar conectividade](#)
- [Do discurso à ação: 6 temas de sustentabilidade para acompanhar no mundo em 2022](#)
- [Projeto restringe acesso a lixões e aterros sanitários](#)
- [Para atrair investidor privado, concessões vão reunir vários municípios](#)
- [Pandemia gerou mais de 25 mil toneladas de lixo plástico para os oceanos](#)
- [Lixo urbano do Vale do Rio Cuiabá pode alimentar consumo elétrico de 85 mil casas, aponta levantamento](#)
- [Abrampa pede que PGR examine a inconstitucionalidade da Lei nº 14.285/21, que reduz a proteção ambiental no entorno de cursos d'água em áreas urbanas](#)
- [Dez cidades são responsáveis por quase metade do desmatamento do Cerrado em MT; confira lista](#)
- [Justiça rescinde contrato e determina indenização a vítima que comprou área em loteamento irregular no Coxipó](#)

DAKAR DECLARATION



9th WORLD WATER
FORUM | DAKAR 2022



A « BLUE DEAL » FOR WATER SECURITY AND SANITATION FOR PEACE AND DEVELOPMENT

Declaração de Dakar/2022:

Principais tópicos:

“8. Reconhecendo a necessidade urgente de prestar mais atenção às questões da água no mundo rural, como um meio de reduzir as desigualdades, criar oportunidades para jovens e mulheres, fomentar o desenvolvimento, gerar empregos e atacar de forma otimizada as causas das migrações nacionais e internacionais;

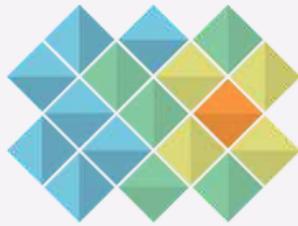
9. Preocupados com a lacuna de financiamento para as necessidades de investimento para atingir as metas do SDG6;

B. Garantir a disponibilidade dos recursos e a resiliência

12. Adotar planos de gestão sustentável e integrada para preservar os recursos hídricos e os ecossistemas e garantir a resistência às mudanças climáticas e às pressões demográficas ;

13. Aumentar a consciência sobre estas questões para induzir uma mudança em direção a práticas de produção e consumo mais sustentáveis e responsáveis;

14. Proteger ainda mais as áreas úmidas, promover a conservação dos sistemas tradicionais de água, reciclagem e reutilização das águas residuais tratadas;”



MAPBIOMAS

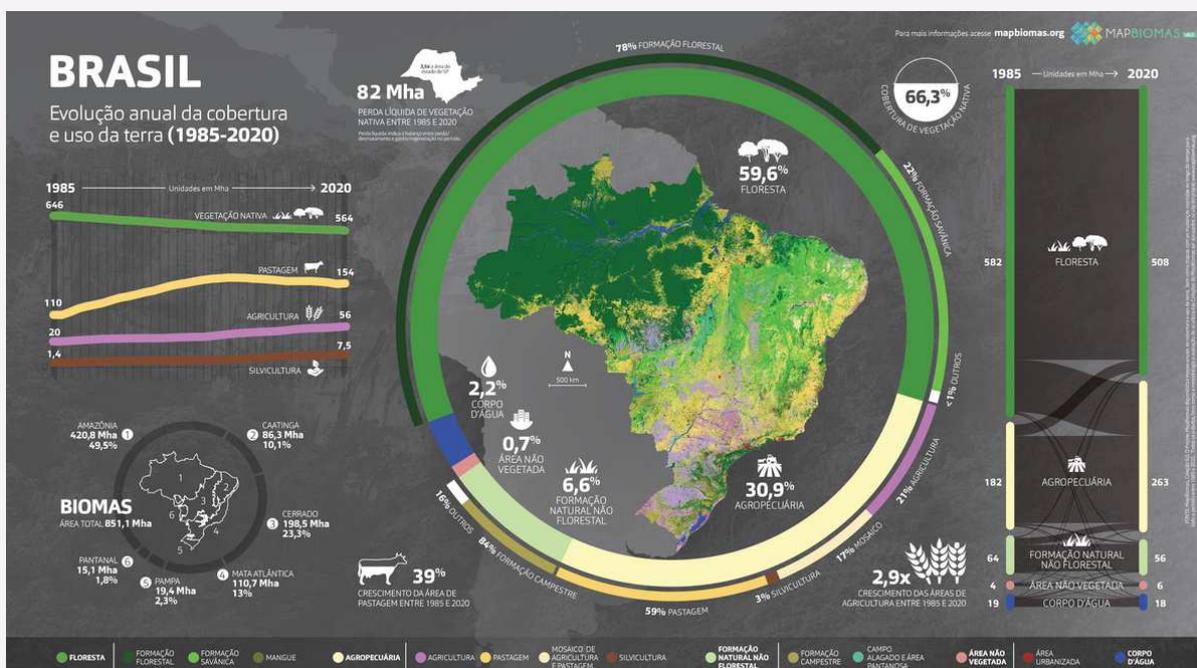
[BRASIL]

O MapBiomas é uma rede colaborativa, formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia, que revela as transformações do território brasileiro, por meio da ciência, tornando acessível o conhecimento sobre o uso da terra, a fim de buscar a conservação e combater as mudanças climáticas. Produz mapeamento anual da cobertura e uso da terra desde 1985, valida e elabora relatórios para cada evento de desmatamento detectado no Brasil desde janeiro de 2019 e monitora a superfície de água e cicatrizes de fogo mensalmente desde 1985.

[ACESSE A PLATAFORMA](#)



Infográficos



JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- STF invalida lei ambiental de MG que legitimou ocupações em área urbana
- STF decidirá prescrição em condenação por perdas e danos em crime ambiental
- STF - município pode editar leis sobre proteção e do meio ambiente local

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Conhecimento técnico não é requisito para reparação do dano ambiental, diz STJ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

- RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS – CATADORA DE MATERIAL REICLÁVEL – ALEGAÇÃO DE PREJUÍZO EM RAZÃO DO FECHAMENTO DO “LIXÃO” DE RONDONÓPOLIS – OPORTUNIDADE AOS CATADORES SE REINSERIREM NO MERCADO DE TRABALHO - INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO – SENTENÇA MANTIDA. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME AMBIENTAL – ART. 54 DA LEI N. 9605/98 – PRETENDIDA A ABSOLVIÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 386, VII, DO CPP – IMPOSSIBILIDADE - POLUIÇÃO SONORA QUE SE ADEQUA AO TIPO PENAL EM DISCUSSÃO – CRIME FORMAL QUE DISPENSA COMPROVAÇÃO DE DANO À SAÚDE HUMANA. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- AGRAVO DE INSTRUMENTO – REINTEGRAÇÃO DE POSSE – DEFERIMENTO DE LIMINAR AO AUTOR – POSTERIOR VERIFICAÇÃO DE SE TRATAR DE ÁREA VERDE – PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ – ENTE QUE AJUIZOU ACP E OBTVEU LIMINAR DE DESOCUPAÇÃO DE DEMOLIÇÃO – ÁREA COM RESIDÊNCIA DE PAVIMENTAÇÃO – SUSPENSÃO DO MANDADO LIMINAR NESTE FEITO – MANUTENÇÃO – RECURSO DESPROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- TRF4: União não pode ser a única responsabilizada por dano ambiental em praia de SC

OUTROS TRIBUNAIS

- TJSP mantém condenação de empresa por despejo de resíduos industriais em rede pública de esgoto
- TJSP: Estado e construtora devem compensar danos ambientais em área de construção do Museu de História de São Paulo
- TJSP: Município deve elaborar projetos voltados a animais silvestres.
- TJRJ: Justiça determina reflorestamento na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara.
- TJSC: Casa em zona rural é interdita e pode ser demolida por estar em área de preservação

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

MPMT DEBATE ESTRATÉGIAS PARA CUMPRIMENTO DOS PLANOS MUNICIPAIS

Cento e quarenta municípios de Mato Grosso (99%) possuem Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) contemplando os quatro eixos: abastecimento de água; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. Esse é o primeiro passo para o enfrentamento de um grave problema existente no Estado. Aproximadamente 458 mil pessoas não possuem acesso à água tratada no estado, 2,2 milhões de habitantes não são atendidos com rede de esgoto e cerca de 45% da água tratada se perde na distribuição. Para discutir esse cenário, o Ministério Público Estadual promoveu um webinar na manhã desta quinta-feira (24), via plataforma Microsoft Teams.

O evento reuniu aproximadamente 160 pessoas entre integrantes do MPMT, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), de empresas concessionárias do serviço e agências reguladoras, gestores de políticas públicas de meio ambiente e saneamento, estudiosos e interessados no tema. O objetivo foi promover um debate sobre o saneamento básico em Mato Grosso, traçando um panorama de modo a auxiliar o MPMT no cumprimento do objetivo estratégico de “promover ações que elevem a qualidade do saneamento básico”.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Campanha estimula adoção de práticas sustentáveis no MPMT

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão de Gestão Socioambiental, lançou campanha institucional para sensibilizar os integrantes da instituição sobre a importância da adoção de práticas sustentáveis. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

Assista aos vídeos da campanha



Você sabe quanto de energia desperdiçamos no dia-a-dia?



O que você faz com o plástico que usa no dia-a-dia?



Você sabe o que é ser sustentável?



Por que ter atitudes sustentáveis no seu dia a dia?

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL



05 RAZÕES PARA CUIDAR DO NOSSO MEIO AMBIENTE!

- 1 MELHORAR A SAÚDE HUMANA.
- 2 PROTEGER NOSSOS ECOSISTEMAS.
- 3 PROTEGER NOSSOS RECURSOS NATURAIS.
- 4 COMBATER AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.
- 5 PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO E GARANTIR A SEGURANÇA DAS GERAÇÕES FUTURAS!

“ ESTAMOS CONSUMINDO MAIS RECURSOS DO QUE O PLANETA CONSEGUE REGENERAR. NÃO PODEMOS MAIS DEIXAR PARA AMANHÃ! ”

@mpemt @mpemt @mpdemt

MPMT Sustentável www.mpmt.mp.br



05 ATITUDES PARA REDUZIR CONSUMO DE ENERGIA!

- 1 APAGUE A LUZ QUANDO VOCÊ SAIR DA SALA, BANHEIRO OU OUTROS ESPAÇOS.
- 2 DESLIGUE O COMPUTADOR NO FINAL DO DIA.
- 3 SEMPRE QUE POSSÍVEL UTILIZE A LUZ NATURAL DA JANELA.
- 4 LIGUE A IMPRESSORA SOMENTE QUANDO USAR.
- 5 VERIFIQUE SE É O ÚLTIMO A SAIR DA SALA E DESLIGUE O AR CONDICIONADO.

“ O CONSUMO DE ENERGIA TEVE REDUÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS. EM 2021, FORAM GASTOS 26% KWTS A MENOS QUE EM 2019. ”

@mpemt @mpemt @mpdemt

MPMT Sustentável www.mpmt.mp.br



05 ATITUDES PARA REDUZIR O USO DE PAPEL!

- 1 REDUZA O NÚMERO DE IMPRESSÕES. FAÇA SOMENTE EM CASO DE EXTREMA NECESSIDADE.
- 2 RECICLE AS FOLHAS A4, PAPELÃO, FOLHETOS, E DEMAIS PAPEIS RECICLÁVEIS.
- 3 UTILIZE PARA RASCUNHO O VERSO DAS FOLHAS IMPRESSAS ERRONEAMENTE.
- 4 OPTE PELA ENTREGA DO SEU TRABALHO POR MEIO DIGITAL DO QUE VIA IMPRESSO.
- 5 INCENTIVE ESSA ATITUDE TAMBÉM ENTRE COLEGAS E FAMILIARES.

“ EM 2021, O NÚMERO DE IMPRESSÕES FOI 36% MENOR DO QUE EM 2020. FORAM 1.751.318 MILHÕES FOLHAS IMPRESSA! ”

@mpemt @mpemt @mpdemt

MPMT Sustentável www.mpmt.mp.br



05 ATITUDES PARA REDUZIR O USO DE PLÁSTICO!

- 1 RECUSE DESCARTÁVEIS EM PEDIDOS DELIVERY.
- 2 PREFIRA UTILIZAR SACOLAS RETORNÁVEIS.
- 3 EVITE COPOS DE PLÁSTICO OU PAPEL, LEVE UMA GARRAFA REUTILIZÁVEL NA BOLSA.
- 4 DIGA NÃO AOS CANUDOS DE PLÁSTICO.
- 5 USE UM SACO DE PANO OU COLOQUE AS FRUTAS, LEGUMES E VEGETAIS DIRETO NA CESTINHA.

“ SEMPRE DE PREFERÊNCIA PARA O USO DE RECIPIENTES DE VIDRO OU BIODEGRADÁVEIS! ”

@mpemt @mpemt @mpdemt

MPMT Sustentável www.mpmt.mp.br

NÚCLEO ESTADUAL DE AUTOCOMPOSIÇÃO - NEA



Foram realizadas 16 audiências pelo Núcleo Estadual de Autocomposição



Comarcas contempladas no projeto piloto do Núcleo Estadual de Autocomposição: Aripuanã, Cláudia, Feliz Natal e Marcelândia.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

- Ministério Público busca restituição de valores a consumidores
- Justiça obriga município a cumprir TAC sobre acessibilidade
- Harmonia entre discurso e prática exige veto ao PL da mineração
- MPMT: Justiça decreta indisponibilidade de R\$ 1,7 milhão de madeira
- Liminar suspende lei que autoriza mineração em Reserva Legal
- Comissão aprova Programa de Formação de Mentalidade Ambiental no MPMT
- MPMT credencia organizações para coleta de material reciclável
- MPMT requer cumprimento de sentença referente a saneamento

NOTÍCIAS DO CNMP E OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

- CNMP fixa competência do MP/BA para apurar suposta irregularidade ambiental em imóvel
- MPRJ recomenda à prefeitura e à Câmara de Niterói que a população seja ouvida nas discussões da nova Lei Urbanística
- MPPB: Resíduos sólidos: atuação ministerial resulta em criação de plano municipal em Petrolina
- MPGO: Atuação técnica do MP auxilia município de Senador Canedo a concluir obras que ampliam captação de água para abastecimento público
- MPSC obtém liminar para conservação de prédio modernista histórico em Florianópolis
- MPPR aciona o Município de Paranavaí para que suspenda as obras de instalação de um ponto de coleta de resíduos sólidos (Ecoponto) em área verde
- MPMS: O caminho dos resíduos: da nossa casa até a destinação final ambientalmente adequada
- MPSP atua em operação contra construções em áreas de preservação em Palmital
- MPPA realiza I Semana de Autocomposição Ambiental



SUGESTÕES DE LEITURA



Bacia do Alto Paraguai : uma viagem no tempo



Guía práctica para la formación de canes especializados en búsqueda y detección de fauna silvestre en situación de tráfico ilegal 2021



A CULPA NÃO É DA NATUREZA

Por Victor Carvalho Pinto

Tragédias como a de Petrópolis estão associadas à ocupação de áreas de risco – tolerada e incentivada pela sociedade.

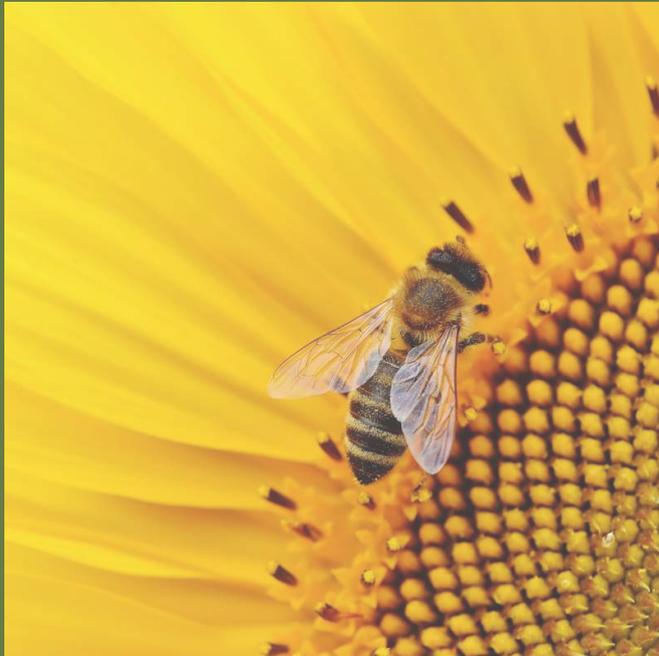
A aviação é o meio de transporte mais seguro que existe. Isso não se deve a nenhuma característica técnica, mas à existência de um sistema de investigação disciplinado internacionalmente, que tem por objetivo identificar todos os fatores que possam ter contribuído para cada acidente e recomendar medidas para a prevenção de futuros acidentes. Se na aviação as quedas são investigadas com rigor, quando falamos de desastres urbanos – enchentes, deslizamentos de terra etc. – não temos no Brasil qualquer ação específica relacionada à identificação de responsabilidades ou de medidas que possam ser tomadas para a prevenção de futuras tragédias. Ao contrário, em geral há todo um esforço de reconstrução com o propósito de recompor a situação exatamente como ela se encontrava antes do desastre.

Tragédias como as que ocorreram este ano na Bahia, no Espírito Santo e esta semana em Petrópolis são recorrentes. Ainda estão na memória coletiva os deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011, e no Morro do Bumba, em Niterói, em 2010, com centenas de mortes. São desastres que decorrem, em sua maioria, do ciclo natural da água – ensinado às crianças no ensino fundamental e mapeado com grande precisão pelos órgãos públicos municipais e estaduais. Por esse motivo, ao contrário dos acidentes aeronáuticos, geralmente provocados por fatores imprevisíveis, os desastres urbanos são previsíveis, tanto no espaço quanto no tempo.

[Clique aqui para ler o artigo na íntegra.](#)



ARTIGOS



- É possível o tombamento de bens culturais por meio de lei?
- Reflexos da Súmula 652 do STJ na defesa do patrimônio cultural
- A responsabilidade administrativa e o licenciamento ambiental
- O protagonismo brasileiro na positivação do Direito Ambiental
- Áreas verdes ajudam a aliviar a solidão nas cidades
- Pela simplificação dos Planos Diretores
- O Estatuto da Cidade, vinte anos depois.





MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

